



OPINIÃO

O futuro climático do Brasil começa no hortifrutí

Marco Perlman (*)

A crise climática costuma ser tratada como um desafio distante das decisões cotidianas, mas parte importante desse problema está nas prateleiras dos supermercados, nas centrais de abastecimento e no lixo orgânico que descartamos todos os dias.

O desperdício de alimentos, responsável por até 10% das emissões globais de gases de efeito estufa, tornou-se uma das frentes mais urgentes tanto para conter o aquecimento global quanto para modernizar a eficiência do varejo brasileiro. No centro dessa agenda está um protagonista nem sempre reconhecido: o setor de alimentos frescos, especialmente frutas, legumes e verduras.

Nesse contexto, o Brasil vive um momento singular. No cenário internacional, o Food Waste Breakthrough, iniciativa liderada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), recoloca o compromisso firmado em 2015 de cortar pela metade o desperdício até 2030 como uma prioridade climática e o associa diretamente à redução das emissões de metano, gás que possui impacto até 80 vezes superior ao do dióxido de carbono em um horizonte de 20 anos. Em paralelo, o país avança com a nova Estratégia Intersetorial para Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos, construída pelo Governo Federal em parceria com a Embrapa, que conecta o Brasil aos compromissos internacionais ligados ao ODS 2, dedicado à erradicação da fome, ao ODS 12, voltado ao consumo e produção responsáveis, e ao ODS 13, que orienta a ação climática. As duas frentes convergem em uma mesma conclusão: não existe política ambiental robusta que ignore o que acontece com os alimentos que produzimos, distribuímos e consumimos (e deixamos de consumir).

O desafio é enorme. Cerca de 19% dos alimentos produzidos no mundo são desperdiçados diretamente pelo consumidor e outros 13% se perdem antes de chegar ao varejo, enquanto 733 milhões de pessoas ainda enfrentam a fome. No Brasil, onde a urbanização concentra mais de 70% do consumo alimentar e elevará essa proporção a 80% até 2050, o impacto dos resíduos orgânicos se torna ainda mais evidente. Em muitos municípios, eles já são o principal material aterrado e as emissões resultantes de sua decomposição tendem a

dobrar caso nada mude. No varejo, a Pesquisa de Eficiência Operacional 2025 da ABRAS mostra que as maiores perdas seguem concentradas justamente nos perecíveis, com FLV registrando 4,73% de perdas, seguido por padaria e confeitoria com 4,62% e rotisseria com 3,66%. São números que revelam um desperdício silencioso, mas de grande impacto econômico e ambiental.

É justamente nesse ponto que a tecnologia, especialmente a inteligência artificial, se apresenta como ferramenta transformadora. Ao analisar histórico de vendas, sazonalidade, características regionais e logística, a IA calcula o pedido ideal para cada item, cada loja, a cada dia... ajustando os pedidos pelas variações projetadas de demanda. Varejistas que já adotam esse modelo têm reduzido em até 25% as perdas e em 30% as rupturas (falta de produtos na loja, que geram perda de vendas), transformando setores antes vistos como centros de risco em áreas de alta previsibilidade. Essa eficiência não é apenas boa para o resultado financeiro das empresas; ela reduz emissões, poupa recursos naturais e aproxima o varejo das metas internacionais de sustentabilidade.

As cidades brasileiras que vêm liderando o movimento global contra o desperdício, como Curitiba, Florianópolis e Rio de Janeiro, mostram que políticas urbanas integradas podem redefinir sistemas alimentares. Ao mesmo tempo, o avanço de tecnologias preditivas no varejo indica que grande parte da solução está em decisões que podem ser tomadas agora, no cotidiano das operações. O combate ao desperdício passa a ser não só uma política pública, mas uma prática operacional, apoiada em dados e alinhada a compromissos climáticos.

Se o mundo quer limitar o aquecimento global e reduzir emissões de metano, precisa olhar com atenção para o alimento que deixamos de consumir e acaba estragando. Se o Brasil quer assumir um papel de liderança climática, precisa transformar a gestão de alimentos frescos em uma estratégia de Estado e de mercado. A inteligência artificial, quando entende de banana madura e tomate fresco, entende também que não há futuro sustentável sem sistemas alimentares mais eficientes, transparentes e resilientes. O varejo que reduz desperdícios não estará apenas equilibrando seu estoque, mas ajudando a reescrever a relação entre comida, clima e desenvolvimento.

(*) Cofundador e CEO da Aravita, startup de inteligência artificial que ajuda varejistas a otimizar a gestão de FLV.

Taxação da carne bovina brasileira pela China

A China anunciou que vai taxar em mais 55% a carne bovina brasileira importada que ultrapassar a cota de 1,1 milhão de toneladas. Até a cota, a taxa continuará em 12%. Em 2025 a China importou 1,7 milhão de toneladas de carne bovina do Brasil; se for mantida a quantidade, 600 mil toneladas terão a tarifa extra de 55%.

José Otávio Merten (*)

Outros países, como Argentina, EUA, Uruguai e Austrália, também terão cotas estabelecidas e tarifas extras de 55% no que superar as cotas. Trata-se de uma medida que visa proteger os produtores chineses, que estão investindo para aumentar a produção nacional.

Trata-se de notícia complicada, que exige ação do governo e entidades do setor do Brasil. O Brasil é o 5º maior produtor de agronegócio mundial (2,6%) e o 3º maior exportador (8,4%). É o país que apresenta o maior saldo comercial no agronegócio mundial. O Brasil exporta para mais de 150 países. As carnes são o 2º produto mais exportado pelo agronegócio brasileiro (18%), só sendo superado pelo complexo soja (36%). A China é o principal destino das exportações do agronegócio brasileiro (31%). Entre estes produtos se destaca a carne bovina.

O Brasil é o principal produtor (12,4 milhões de toneladas) e o 2º maior exportador de carne bovina do mundo. Exporta cerca de 30% da sua produção. O principal destino da carne bovina brasileira exportada é a China (48%). As exportações do Brasil são responsáveis por 54% das importações da China. Alguns setores do Brasil já esperavam o estabelecimento de cotas e sobretaxas. Serão necessários ajustes no mercado, que já vinha se preparando para conviver com o comércio internacional como um instrumento geopolítico. Entidades privadas, como a ABIEC (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne) e a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), e do governo, como o MAPA (Ministério da



Agricultura e Pecuária), MRE (Ministério das Relações Exteriores) e MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) devem atuar para minimizar os efeitos negativos da medida. O Brasil mantém um Ádido Agrícola na China, que deverá contribuir para manter as boas relações comerciais Brasil-China, que vêm se consolidando nos últimos anos. A tarifa extra deve ser medida temporária sujeita a ajustes.

O consumo de carne bovina continua crescente na China. A produção chinesa é de cerca de 7,8 milhões de toneladas. A estratégia da medida visa oferecer alguma proteção aos pecuaristas locais e ampliar a produção doméstica. Atualmente, a China importa 30% da carne bovina consumida.

A medida adotada pela China pode funcionar como um desestímulo aos investimentos dos pecuaristas brasileiros. Entretanto, o fortalecimento das relações

entre os dois países, especialmente comerciais, vem se intensificando. A medida pode gerar distorções internas na China, induzindo inflação.

O Brasil pode, ainda, recorrer à OMC (Organização Mundial do Comércio) e tentar ampliar a cota estabelecida. Isto porque as exportações fora da cota vão se tornar mais difíceis. E a China vinha defendendo um comércio internacional sem salvaguardas.

De qualquer forma, o Brasil deve diversificar o mercado de importadores de sua carne bovina. Não é conveniente para qualquer produto, concentrar 48% das exportações para um único país. E, para isto, deve usar todas as estruturas privadas e públicas, visando alcançar este objetivo a curto prazo. Nos últimos anos, 29 mercados foram abertos.

(*) Eng. Agrônomo, Professor Sênior USP/ESALQ, Presidente do Conselho Científico Agro Sustentável (CCAS).

Agro regional lidera o setor de M&A no Brasil em 2026

O agronegócio se consolida, em 2026, como um dos principais vetores do mercado de fusões e aquisições (M&A) no Brasil. Após registrar, em 2024, o maior número de operações dos últimos cinco anos no setor — segundo a KPMG —, o agro manteve protagonismo ao longo de 2025, impulsionado pela busca de ativos resilientes, geração de caixa previsível e exposição regional. Esse movimento se reflete em 2026 na maior atratividade de empresas agroindustriais localizadas fora dos grandes centros.

Esse cenário acompanha uma mudança estrutural no perfil das companhias-alvo. Em 2026, empresas regionais com governança profissionalizada, gestão financeira organizada e estratégia clara de crescimento passam a ser priorizadas em processos de M&A, especialmente em segmentos ligados à logística, armazenagem, nutrição animal, insumos e serviços ao produtor — áreas nas quais a escala regional e o conhecimento local se tornaram diferenciais competitivos.

Para José Loschi, fundador da SRX Holdings, esse protagonismo é resultado direto da maturação do agro brasileiro como classe de ativos. “O mercado passou a reconhecer que empresas do interior, quando bem estruturadas, combinam eficiência operacional, proximidade com o produtor e resiliência a ciclos econômicos. Em 2026, isso se traduz em ativos mais valorizados e disputados em processos de M&A”, afirma.



Esse novo perfil rompe definitivamente o estigma de que o setor rural opera com padrões inferiores de gestão. Em um cenário de juros ainda seletivos e maior rigor na alocação de capital, investidores passam a priorizar empresas com histórico consistente, governança clara e capacidade de crescimento sustentável — características cada vez mais presentes no agro regional em 2026.

O mercado brasileiro de M&A, como um todo, mantém ritmo consistente. Apesar de registrar mais de 1.400 operações em 2024, segundo a Kroll, o movimento observado em 2025 reforçou a preferência por aquisições estratégicas, com foco em eficiência operacional, integração vertical

e expansão regional. Para 2026, a expectativa é de continuidade desse perfil de transações, com maior seletividade e foco em setores considerados essenciais, como agronegócio, infraestrutura e serviços.

O avanço do agro regional no M&A evidencia o reconhecimento do potencial desses novos players e da valorização de sua governança e capacidade de adaptação a diferentes cenários econômicos. “O agro que se profissionalizou, investiu em gestão moderna e tem clareza de propósito se consolida como protagonista das fusões e aquisições em 2026. É esse movimento que reposiciona o Brasil no mapa global do M&A”, conclui José.

Tecnologia goiana para aumento da produtividade da pecuária avança para o mercado externo

A Amazon Mudas, empresa brasileira, com sede em Brazlândia, Goiás, anunciou seu processo de internacionalização, que começou com um grande projeto de expansão da presença dos insumos da empresa, especializada em clonagem de mudas do capim Tifton 85, para a América do Sul. O marco de expansão se inicia no Paraguai, no distrito de Carayaó, onde a Amazon Mudas iniciou o plantio das mudas clonadas de Tifton 85 para a melhoria da cobertura vegetal do solo de uma propriedade rural que realiza a criação de gado leiteiro na região. Só nesta unidade, o objetivo é alcançar uma média de 35% a mais de produção de leite, em cerca de três anos, por meio da alimentação dos bovinos com a gramineia.

A iniciativa destaca ainda mais o estado de Goiás no cenário do agronegócio brasileiro e internacional, consolidando sua força na

inovação e tecnologia do agro. Segundo o zootecnista e presidente da Amazon Mudas, Oswaldo Stival Neto, os planos para os próximos passos visam alcançar outros países com produtividade expressiva na pecuária na América do Sul, como Uruguai e Argentina, contribuindo com o aumento da sua produção por meio da ampliação do uso da pastagem Tifton 85, que é conhecida por possibilitar um aumento de até 10 vezes na produção de bovinos no pasto.

Resultado do cruzamento de uma gramineia de clima temperado dos EUA com uma de clima tropical da África. Esta pastagem, criada em 1992 nos Estados Unidos, tem, entre outras vantagens, cerca do dobro do valor nutritivo que o capim braquiária, que é mais comum nas fazendas brasileiras. Ela também tem maior quantidade de matéria seca (alimento) por hectare e mantém

cobertura densa que protege o solo contra a erosão, diferente das touceiras de outras pastagens. Com isso, é possível saltar da média de uma para sete cabeças por hectares e uma produção média de 40 arrobas por hectare sem o uso de ração.

Mesmo com todos os benefícios, o Tifton 85 não era largamente utilizado na América do Sul por conta do gargalo do plantio, pois suas sementes não germinam e este foi, justamente, o problema solucionado pela tecnologia de clonagem de mudas desenvolvida pela empresa brasileira Amazon Mudas, trazendo maior efetividade para sua implantação. A companhia realiza o cultivo de mudas matrizes, promove seu melhoramento genético, depois transporta para os pastos e realiza o plantio de forma similar ao de tomate ou batata, usando plantadeiras.